



Esteve presente na reunião de 22/02/18
Mereceu a seguinte deliberação: _____
aprovado por maioria com
uma abstenção

Chefe de Secção
Marcia Freitas

[Handwritten signatures]

RELATÓRIO FINAL

CONCURSO PÚBLICO PARA A "EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE LAZER NAS LAJES DAS FLORES". _____

----- No dia quinze do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas dez horas, no salão nobre do município das Lajes das Flores, em cumprimento ao n.º 1 do art.º 148.º do Código dos Contratos Públicos, reuniu-se o júri do concurso público em epígrafe, nomeado por aprovação da Câmara Municipal na reunião ordinária celebrada no dia vinte e nove de junho de dois mil e dezassete, constituído pelos seguintes elementos: -----

----- Presidente: Alexandra Germano Carneiro – Dirigente Intermédio de 3º Grau; -----

----- Vogal: Nelson Deodato Valadão Furtado – Técnico Superior – Eng.º Civil; -----

----- Vogal: Márcio Alexandre Nunes Furtado – Assistente Técnico; -----

----- Iniciada a reunião, o júri, começou por referir que procederam oportunamente à análise das propostas apresentadas, elaborando um relatório preliminar, no qual propunha, a seguinte ordenação de propostas, tendo por base o critério de adjudicação adotado, o do mais baixo preço: -----

----- 1.º Monchique Construções, Sociedade Unipessoal, Lda.-----

----- 2.º Construções Benevides Unipessoal, Lda.-----

----- A proposta da empresa Tecnovia Açores – Sociedade de Empreitadas, S. A apresenta um valor superior ao valor base do procedimento. -----

----- Conforme o artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos, foi deliberado proceder à audiência prévia, concedendo um prazo de cinco dias para se pronunciarem sobre o teor do relatório preliminar. -----

----- Foram apresentadas observações, dentro do prazo estipulado para o efeito, pela a empresa "Construções Benevides Unipessoal, Lda ", que após ponderadas o júri do procedimento esclarece o seguinte: -----

----- Quando menciona que a informação jurídica lhe foi negada em consulta, esclarecemos que a mesma foi remetida pelo júri do procedimento no dia dois de novembro de dois mil e dezassete, via email, conferindo-se mais cinco dias para se pronunciarem. -----

----- Verificou-se que todos os concorrentes acusaram a boa receção da respetiva informação. -----



Handwritten signatures and initials in blue ink.

----- As questões suscitadas pela empresa "Construções Benevides Unipessoal, Lda" estão esclarecidas na informação jurídica, designadamente: -----

----- Relativamente à questão sobre a declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos (querendo o júri reportar-se ao expresso no n.º 1 do artigo 7.º do Programa do Procedimento) não fazer referência à alínea k), esta está inserida, sistematicamente no n.º 4 do mencionado "Anexo I" a que se reporta a cit. alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, e dispõe que o concorrente deve declarar, sob compromisso de honra, que *"Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente"*. Entendemos que a questão não releva para o efeito de exclusão da proposta, sob este exclusivo ponto ora em apreço, numa aceção substantiva, dado que, sempre em N/ entendimento, não estão comprometidos os objetivos públicos subjacentes e visados pela declaração apresentada pelo concorrente. Na verdade, claramente se verifica que o concorrente não pretendeu desvincular-se de quaisquer obrigações do concurso. Antes pelo contrário, os pressupostos materiais subjacentes à declaração requerida no Programa do Procedimento não se encontram comprometidos. Ou seja, a declaração existe, foi apresentada, pretendendo ter sido materialmente para o efeito estabelecida no Programa do Procedimento, embora – e apenas formal/residualmente tenha seguido, em termos práticos, o conteúdo expresso no modelo I, porém anexo I ao Código dos Contratos Públicos, e não ao diploma regional, o que não deixa de ser materialmente relevante para a (continuidade de) consideração da proposta do concorrente em concurso. Depois, de atentarmos no " Anexo I" que a própria entidade adjudicante juntou, como modelo, ao referido Programa do Procedimento, verificamos que, também ela, entidade adjudicante, certamente por semelhante lapso ao que, afinal, veio o concorrente também cometer, juntou um modelo de declaração que, não contem a mencionada alínea k) do n.º 4 do anexo I do diploma regional- nestes termos, a



✓
M. S. A.
M. S. A.

entidade adjudicante contribuiu para, de significativa e relevante maneira, ter induzido em erro o concorrente, sob este ponto de vista. -----

---- Quanto à questão do Plano de Trabalhos, a não apresentação dos diagramas numa escala temporal de uma semana, apenas ganharia efetivamente relevância, para o feito da exclusão da proposta do concorrente em causa, se esta questão ressaltasse de algum atributo da proposta do concorrente que fosse pertinente para o efeito da sua avaliação. O único critério de adjudicação é o do mais baixo preço, pelo que a forma concreta como o concorrente formula o atributo da sua proposta não é relevante para efeito daquela avaliação, nem contende, por outro lado, com um aspeto da execução do contrato, em concreto. O júri entende que não está em causa uma determinada atividade de execução do contrato, mas meramente a forma como se exprimiu, pelo que não é a escala temporal que infirma a atividade concreta de execução dos trabalhos que estiver em causa. -----

---- Quanto ao facto de a declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos não fazer referência ao anexo do plano de mão de obra, conforme exigido na subalínea iii) do n.º 6 do artigo 7.º do Programa do Procedimento, atem-se uma vez mais esta questão apenas ao plano formal da declaração em causa, o que faz que, também uma vez mais, o júri entenda que essa não é uma formalidade essencial para o efeito de exclusão da proposta do concorrente em causa, não brigando sequer a possibilidade de boa aplicação do critério de adjudicação. -----

---- Relativamente ao plano de mão de obra, exigido apresentar nos precisos termos da subalínea iii) do n.º 6 do artigo 7.º do Programa do Procedimento, somos do entendimento que essa não será uma formalidade essencial para o efeito da exclusão da proposta do concorrente Monchique Construções, Sociedade Unipessoal, Lda. Se estivéssemos perante o critério de avaliação da proposta economicamente mais vantajosa, faria sentido, na densificação desse critério – que não é o caso do presente concurso – fosse relevante apreciar também o mérito intrínseco da proposta à luz do plano de mão de obra. -----

---- O júri considera ainda que erros de redação não relevam de uma importância material e passíveis de retificação, nos termos do artigo 249º do Código Civil, pelo que se considera que os concorrentes do procedimento em questão apresentaram os documentos constituintes da proposta conforme solicitados. -----



MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES
CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto, o júri do procedimento delibera por unanimidade o seguinte: -----

----- Em harmonia com o n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, manter a decisão e teor do disposto no relatório preliminar, concluindo-se pela indicação de adjudicação à proposta da empresa Monchique Construções, Sociedade Unipessoal, Lda pelo preço de €296.229,25 (duzentos noventa seis mil duzentos e vinte e nove euros e vinte cinco cêntimos). -----

----- Nos termos do n.º 3 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, decidiu-se remeter este relatório final, juntamente com os demais documentos que compõe o processo do concurso, à Câmara Municipal de Lajes das Flores, órgão competente para a decisão de contratar. -----

----- Conforme o n.º 4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, compete à Câmara Municipal decidir sobre as propostas contidas neste relatório, designadamente para efeitos de adjudicação. -----

O Presidente do Júri

Alexandro Germano Queiroz

O Vogal

Albino Duarte Vêloso Faria

O Vogal

Márcio Furtado